



**AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.**  
**CNPJ/MF Nº 61.351.532/0001-68**  
**NIRE Nº 35.300.052.463**  
**COMPANHIA ABERTA**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2016, às 09:30 horas**

*Em atendimento ao disposto nos artigos 9,10 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM”)*

A **AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.** (“Companhia”) sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Antonio de Oliveira, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.351.532/0001-68, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, sob o código **11975** (“Azevedo & Travassos” ou “Companhia”), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, vem apresentar a V.Sas. as seguintes Propostas da Administração (“Proposta”) relativamente às matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, às 09:30 horas, na sede da Companhia (“Assembleia Geral”), conforme abaixo:

**I- DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal

A Administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme divulgadas nesta data.

A Administração esclarece que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado), bem como, as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (Controladora e Consolidado), foram arquivadas na CVM nesta data, estão disponíveis para consulta no website da Companhia ([www.azevedotravassos.com.br](http://www.azevedotravassos.com.br)) e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e DCI- Diário Comércio Indústria & Serviços” na edição de 29 de março de 2016.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480, de 17 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários ("Instrução CVM 480"), estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo I** da presente Proposta.

**2) Destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ratificação da declaração de juros sobre capital próprio, previamente deliberados pelo Conselho de Administração, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório**

A Companhia apurou Lucro Líquido no exercício de 2015 no valor de R\$ 1.245.392,87 conforme demonstrativo de resultado disponibilizado nesta data.

Propõe-se que referido lucro líquido, seja assim destinado:

**1. Reserva Legal**

Destinar, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, no valor de R\$ 62.269,74

**2. Dividendos**

Distribuir dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ conforme abaixo:

Lucro Líquido do Exercício		R\$ 1.245.392,87
Constituição da Reserva Legal		(R\$ 62.269,74)
Reserva de Reavaliação		R\$ 2.312.260,00
<b>Lucro Líquido Ajustado (a)</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 3.495.383,13</b>
<b>Dividendos Mínimos Obrigatórios</b>	<b>25,0%</b>	<b>R\$ 873.845,78</b>

Remuneração aos acionistas:

Juros sobre Capital Próprios declarados,  
a serem imputados aos Dividendos Obrigatórios

Valor Bruto	R\$ 2.079.769,32
Valor Líquido	R\$ 1.767.829,20

Propõe-se que os Srs. Acionistas ratifiquem e referendam a declaração de juros sobre capital próprio, deliberada na Reunião do Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2016, no valor bruto total de R\$ 2.079.769,32, correspondente a R\$ 0,077028493 bruto por ação, imputando a apropriação de juros sobre capital próprio aos dividendos obrigatórios, com a indicação de data de pagamento aos acionistas, sem correção monetária ou juros. Os juros sobre capital próprio serão pagos aos acionistas em 12 parcelas mensais, sendo 11 parcelas no valor bruto por ação de R\$ 0,006419041 e 01 parcela no valor bruto por ação de R\$ R\$ 0,006419042, a primeira com vencimento em 30 de dezembro de 2015 e as demais no último dia útil de cada mês.

### **3. Retenção de Lucro**

Propõe-se a retenção do saldo remanescente do Lucro Líquido do Exercício de 2015, no montante de R\$ 1.415.615,81 para reforço de Capital de Giro e fortalecimento e preservação do Patrimônio Líquido, por ser essa retenção essencial à manutenção do fluxo do capital de giro e dos negócios da Companhia neste momento de escassez de crédito no mercado financeiro.

Em cumprimento do inciso II, §1º do artigo 9º da Instrução CVM 481, a Administração da Companhia a apresenta como Anexo **II** da presente Proposta, elaborado conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº481.

A destinação ora proposta está perfeitamente refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela administração da Companhia, divulgadas nos termos da legislação vigente.

#### **3) Eleger os Membros do Conselho de Administração e fixar o número de membros**

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, eleitos em Assembleia, que também elegerá, entre estes, o Presidente. Nos termos do §1º do artigo 8º do referido Estatuto, o mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, estendendo-se até a investidura dos novos administradores, permitindo-se a reeleição.

O acionista controlador da Companhia indicou os seguintes candidatos, para reeleição para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até Assembleia Geral Ordinária que examinar discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, podendo ser indicados outros candidatos até a data de realização da Assembleia ou mesmo quando da realização desta:

**RICARDO DE ALEMEIDA PIMENTEL MENDES**  
**RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES**  
**ALBANO JORGE MENDES**  
**GUARACY SILVÉRIO DE SANT'ANA**

Em cumprimento à ICVM 481/09, o Anexo III contém as informações mínimas previstas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência com relação aos candidatos indicados pelo acionista controlador ao Conselho de Administração da Companhia.



#### **4) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal e eleição de seus membros**

De acordo com o Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, terá caráter não permanente, somente sendo instalado mediante convocação dos acionistas, será composto de, no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) membros titulares e suplentes, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, competindo a esta a fixação a definição do número de membros.

O acionista controlador indica a reeleição dos candidatos abaixo:

**Membros Efetivos:**

**WALTER RAMOS FILHO**

**GENIVAL FRANCISCO DA SILVA**

**LUCIANO NEVES PENTEADO MORAES**

**Suplentes:**

**MARCOS LUIZ VIRGINIO DA CRUZ**

**LAERCIO GIGLIOLI**

**JOÃO SEVERINO DA SILVA**

Em cumprimento à ICVM 481/09, o Anexo III contém as informações mínimas previstas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência com relação aos candidatos indicados pelo acionista controlador.

#### **5) Fixar a remuneração dos administradores e conselheiros para o exercício de 2016.**

A administração da Companhia propõe a manutenção do atual limite da remuneração de até de R\$ 2.820.000,00 (Dois milhões e oitocentos e vinte mil reais) para, de modo global, atender à remuneração da Diretoria e Conselhos, no período de 01.05.2016 a 30.04.2017.

Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, as informações indicadas no item 13 Formulário de Referência previsto na Instrução CVM 480, de 17 de dezembro de 2009, com a redação conferida pela ICVM 552, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo IV da presente Proposta.

São Paulo, 28 de março de 2016

Azevedo & Travassos S.A.

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor Executivo de Relações com Investidores.

## **INDICE**

- 1. Anexo I – Comentários dos Diretores**  
Item 10 do Formulário de Referência..... fls. 06.
- 2. Anexo II – Destinação do Lucro Líquido**  
Anexo 9-1-II ICVM 481/09 ..... fls. 15.
- 3. Anexo III – Informações Candidatos Conselho de Administração**  
Item 12 do Formulário de Referência..... fls. 22.  
**Anexo III – Informações Candidatos Conselho Fiscal**  
Item 12 do Formulário de Referência..... fls. 29.
- 4. Anexo IV – Remuneração dos Administradores**  
Item 13 do Formulário de Referência ..... fls. 34.

## **ANEXO I**

### **ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

#### **10.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS**

**Os diretores devem comentar sobre:**

**a. condições financeiras e patrimoniais gerais:**

O patrimônio líquido da ATSA, em 31/12/15, está em R\$ 45.123 mil, mantendo-se praticamente no mesmo patamar do exercício anterior. Adiante tem-se o seu comportamento nos últimos 3 anos:

<b>Anos</b>	<b>R\$ mil</b>
2013	39.981
2014	45.171
2015	45.123

Vale observar que, apesar de ter ocorrido Lucro Líquido (R\$ 1.245 mil) no exercício, o patrimônio líquido sofreu uma pequena variação para menor motivada principalmente pela distribuição dos JCP no valor de R\$ 2.079 mil.

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - I no valor de R\$ 44.595 mil (R\$ 44.590 mil em 2014 e R\$ 44.981 mil em 2013), são os passivos mais relevantes da Companhia.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes dos débitos incluídos no programa não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto às instituições financeiras oficiais federais.

Em junho de 2014, a Companhia adequou as parcelas que vinham sendo pagas ao REFIS (1,2% da Receita Bruta), de forma a quitar o débito dentro do prazo máximo de 50 anos, a contar da data da sua adesão a este Programa (31/03/2000), ou seja, até 28/02/2050. O novo critério estabelecido calcula o valor da parcela mensal mediante a divisão do saldo devedor atualizado pela TJLP, pelo número de parcelas restantes naquele mês. Em 31/12/15, restavam 410 parcelas a pagar de um total de 600. O valor da parcela paga em dezembro/15 foi de R\$ 109 mil.

As despesas financeiras de R\$ 1.368 mil (R\$ 1.163 mil em 2014 e R\$ 1.138 mil em 2013), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS - I, continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, mesmo considerando o atual cenário do País.



#### **b. estrutura de capital**

A Companhia utiliza recursos de terceiros através de contratação de linhas de financiamentos bancários para efetuar adiantamentos de recebíveis oriundos de seus contratos de prestação de serviços, para atender à sua necessidade de capital de giro. A partir de 2015 passou a trabalhar com Cartão de Crédito Corporativo dentro do mesmo propósito. Lucros retidos também são utilizados para reforço de capital de giro.

#### **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

A Diretoria acredita que, apesar das atuais condições econômicas do País, a Companhia e a sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. terão capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

No exercício de 2015 a Companhia utilizou linhas de créditos referentes a adiantamento de recebíveis e Cartão de Crédito Corporativo tomado junto ao Banco do Brasil para capital de giro.

A sua Controlada recebeu financiamentos bancários principalmente do BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BRADESCO e HSBC.

#### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

No exercício de 2015 a Companhia não se utilizou de linhas de financiamento para investimentos. Para o exercício de 2016 as necessidades de capital de giro poderão ser atendidas por linhas de financiamento de curto prazo, tais como Cartão de Crédito Corporativo, adiantamento de recebíveis e créditos rotativos, garantidos pelos créditos decorrentes dos próprios contratos de prestação de serviços que vierem a ser celebrados.

Ver itens 10.8 a.i e a.ii.

#### **f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

O principal débito da Companhia refere-se à dívida para com o REFIS - I Federal registrado no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, em 31/12/15 nos montantes de R\$ 1.305 mil e R\$ 43.290 mil, respectivamente, totalizando R\$ 44.595 mil contra R\$ 44.590 mil verificado no ano anterior R\$ 44.981 em 2013.

#### **i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos.

#### **ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:**

A Companhia não possui.

#### **iii. grau de subordinação entre as dívidas:**

Não aplicável

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo estas restrições:**

A ATSA não possui restrições em relação ao acima citado. Vale, contudo, registrar que sendo optante pelo REFIS, a Companhia possui bens imóveis arrolados no âmbito daquele parcelamento.

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:**

Não aplicável.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

Em 30/04/14, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária que aprovou a redução do Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 25.849 mil, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31/12/2013.

O quadro, a seguir, mostra a evolução da queda dos prejuízos acumulados e a subsequente apuração de lucros retidos:

**Prejuízos Acumulados / Lucros Retidos – ATSA em R\$ mil**

Rubrica / ano	2011	2012	2013	2014	2015
(Prejuízos Acum.) / Lucros Retidos	(42.764)	(33.585)	(25.849)	4.875	6.291

Em 2015, a receita bruta alcançou o valor de R\$ 29.298 mil (R\$ 61.652 mil em 2014 e R\$ 37.967 mil em 2013), através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e da execução de obras para os seguintes órgãos públicos: Prefeituras dos Municípios de Barueri e de Mogi das Cruzes e para o DER-SP (viaduto). Este resultado reflete a queda de faturamento da ATSA provocada pelo menor volume de contratações de obras pelos setores públicos, no exercício de 2015.

O quadro abaixo mostra o comportamento do Lucro Líquido nos últimos anos:

**Lucro Líquido – ATSA em R\$ mil**

Rubrica / ano	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro Líquido	8.077	8.793	7.678	7.075	1.245

O lucro líquido foi de R\$ 1.245 mil contra um resultado de R\$ 7.075 mil obtido em 2014. A redução deste resultado ocorreu principalmente devido à diminuição dos serviços contratados diretamente pela Companhia com órgãos públicos e pela equivalência patrimonial.



## 10.2 RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Os diretores devem comentar:

### a. resultados das operações do emissor, em especial

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Ver item 10.1.h.

#### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A redução dos resultados operacionais ocorreu principalmente devido à diminuição dos serviços contratados diretamente pela Companhia com órgãos públicos e pela equivalência patrimonial, além das despesas financeiras do REFIS.

### b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não aplicável.

### c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

No exercício de 2015, os impactos acima indicados não foram relevantes diante do perfil da empresa.

## 10.3 EFEITOS RELEVANTES NAS DF'S

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

### a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve.

### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve.

### c. eventos ou operações não usuais:

Não houve.

#### **10.4 MUDANÇAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E RESSALVAS E ÊNFASES**

**Os diretores devem comentar:**

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Não ocorreram mudanças e nem efeitos significativos.

**c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:**

O Relatório da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não apresentou ressalvas e nem ênfases.

#### **10.5 POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

**Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

##### Contingências

As provisões de contingências foram constituídas levando em consideração a estimativa de valores, para os casos em que advogados da Companhia (externos e internos) entenderam que são prováveis ou possíveis as expectativas de perda, estando alguns destes garantidos por penhora de bens ou depósito judiciais.

Não foram provisionadas as contingências cujas probabilidades de perda foram consideradas como remota. Em 31/12/2015 as provisões constituídas para a Companhia no valor de R\$ 1.000 mil e R\$ 3.600 mil no Consolidado foram consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes desses processos.

##### Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa

A Companhia possui Prejuízos Fiscais do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, no montante de R\$ 73.349 mil, gerando um crédito de R\$ 12.469 mil, para ser compensado com lucros tributáveis futuros. Até 31/12/14, foram utilizados R\$ 4.767 mil desse crédito, restando um saldo de R\$ 7.702 mil. Em 2015 não foi utilizado nenhum valor desse crédito, permanecendo um saldo reconhecido, em 31/12/15, de R\$ 7.702 mil, (R\$ 1.602 mil por conta da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis e R\$ 6.100 mil por conta de lucros tributáveis futuros).

#### **10.6 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NA DFS'**

**Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

A Companhia não possui ativos, passivos ou compromissos que não tenham sido apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais.

**ii. carteira de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os riscos são os inerentes a toda empresa de construção civil em relação às suas obras executadas.

**iii. contratos de futura compra de produtos ou serviços**

Não há.

**iv. contratos de construção não terminada**

No exercício de 2015, as obras se desenvolveram dentro das condições definidas nos contratos firmados com clientes.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

## **10.7 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS EVIDENCIADOS**

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não aplicável.

**b. natureza e o propósito da operação:**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Não aplicável.

## 10.8 PLANO DE NEGÓCIOS

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e as suas subsidiárias, na formatação de SPE - Sociedades de Propósito Específico, centralizam suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Construção Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, devido ao atual cenário de incertezas na economia do País, tendem a demandar serviços em menor escala, mas continuarão a necessitar de empresas com a expertise e a credibilidade do grupo Azevedo & Travassos.

No segmento de Construção Pesada, a Companhia continua a participar de licitações de obras públicas no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão se comportar, nos próximos anos, em níveis mais moderados, tendo em vista a queda do crescimento do Brasil, com perspectiva de lenta recuperação a partir do próximo ano, mas com boas perspectivas para a Companhia.

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. desenvolve suas atividades nas seguintes áreas:

### a) Construção Pesada e Construção Civil

As empresas concessionárias de rodovias tendem prosseguir a compor um expressivo mercado para o segmento de Construção Pesada, mesmo em tempos de crise econômica. Segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), são previstos elevados investimentos a serem aplicados em estradas, inclusive em novas concessões para os próximos 5 anos. A ATE tem condições técnicas de participar deste mercado.

A empresa atua também no segmento de Construção Industrial que, apesar de em ritmo menor do que em anos anteriores, tem recebido investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção e implantação de novas fábricas. A ATE está empenhada em conquistar novos clientes, ampliando e dando maior equilíbrio à sua carteira de obras.

### b) Montagem Eletromecânica

No segmento de dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros) e no de montagem eletromecânica, onde se concentram as principais atividades da ATE, seus principais clientes são: Concessionárias de Gás, Indústrias Petroquímicas, Mineradoras e Produtoras e Transportadoras de Combustíveis.

Face à reestruturação do Plano de Investimentos da PETROBRAS, está havendo uma diminuição nas contratações de obras e serviços. Contudo, nas áreas de atuação da ATE localizadas em terra (“*onshore*”), acredita-se que projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto a clientes, principalmente com: BAHIA GÁS, BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo), CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo).

### c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração de Poços

#### c.1. Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração mantém a execução serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima (“*off shore*”).

#### c.2. Perfuração de Poços

Os serviços de perfuração e completação de poços estão suspensos desde o terceiro trimestre de 2012. A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

Na área de Desenvolvimento Imobiliário, a Companhia possui cerca de 150 mil m<sup>2</sup> em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Companhia o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, realizados através de suas subsidiárias na formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Com base na Lei nº 13.043/2014 foi deferida, em 28/09/15, a liberação dos lotes números 03, 04, 05 e 09, que estavam arrolados no Programa REFIS – I, com o consequente cancelamento das averbações do arrolamento nas respectivas matrículas. Já estão sendo elaborados estudos preliminares visando à implantação de projetos imobiliários nestes imóveis, em uma área de 54 mil m<sup>2</sup>, aproximadamente. Dentro deste contexto, em dez/15, foi constituída a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI - III), tendo sido integralizado no seu capital, pela Companhia, o lote 09.

A expectativa para 2016, dentro de um viés realista, é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 25.000 mil considerando-se os serviços a serem prestados para a ATE, o término das obras acima citadas e que novos serviços que venham a ser contratados, por decorrerem de licitações públicas, somente apresentarão seus efeitos em 2017.

A receita bruta de 2015 da Controlada ATE foi de R\$ 312.000 mil representando um valor próximo ao alcançado em 2014 (R\$ 317.000 mil) A previsão para 2016 é que a receita se mantenha no mesmo patamar de 2015, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações e conquista de novos clientes.

Para 2016, a previsão da receita bruta do Consolidado alcance o montante próximo ao do ano passado (R\$ 320.000 mil).

#### **a. investimentos, incluindo:**

##### **i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2015, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 3.798 mil contra R\$ 4.546 mil em 2014, refletindo a decisão da Diretoria da Companhia em restringir a realização de novos investimentos. Para 2016 estão suspensas aquisições de máquinas e equipamentos, até o momento em que se tenha um melhor cenário das atividades de produção da ATE e da ATSA.

##### **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

FINAME, CDC e Leasing, além de recursos próprios, costumam ser as principais fontes de financiamento para a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos.

##### **iii. desinvestimentos relevantes em andamentos e desinvestimentos previstos**

Não se aplica.

**b. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica.

**iv. montante totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços.**

Não se aplica.

## **10.9 OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE**

**Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Sem comentários adicionais.

## ANEXO II

### DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO 9-1-II)

1. Informar o lucro líquido do exercício: R\$ 1.245.394,87 ( Hum milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos)
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2015, foram declarados e aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, a serem imputados, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2015, no valor bruto total de R\$ 2.079.769,32 (Dois milhões, setenta e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos), correspondente a R\$ 0,077028493 por ação, sobre o qual será efetuada a dedução do Imposto de Renda na Fonte, quando for o caso, para pagamento em 12 parcelas, sem a incidência de correção monetária ou juros, nas seguintes datas e valores por ação:

PARCELA	VALOR BRUTO/POR AÇÃO	DATA DE PAGAMENTO
1ª Parcela	R\$ 0,006419041	30/12/2015
2ª Parcela	R\$ 0,006419041	29/01/2016
3ª Parcela	R\$ 0,006419041	29/02/2016
4ª Parcela	R\$ 0,006419041	31/03/2016
5ª Parcela	R\$ 0,006419041	29/04/2016
6ª Parcela	R\$ 0,006419041	31/05/2016
7ª Parcela	R\$ 0,006419041	30/06/2016
8ª Parcela	R\$ 0,006419041	29/07/2016
9ª Parcela	R\$ 0,006419041	31/08/2016
10ª Parcela	R\$ 0,006419041	30/09/2016
11ª Parcela	R\$ 0,006419041	31/10/2016
12ª Parcela	R\$ 0,006419042 *	30/11/2016
Total Por Ação	R\$ 0,077028493	

\* Para fins de acertamento do valor total bruto por ação a ser pago aos Srs. Acionistas, foi acrescido à 12ª parcela, com vencimento em 30/11/2016, o valor R\$ 0,000000001

RESUMO		
JCP TOTAL	IRRF	JCP LIQUIDO
R\$ 2.079.769,32	R\$ 311.940,12	R\$ 1.768.829,20

3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 50,58%**
  
4. **Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

Não houve

5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Propõe-se que a AGO referente a declaração de juros sobre capital próprio, deliberada pelo Conselho de Administração da Companhia, aos 11 de dezembro de 2015, no valor bruto correspondente a R\$ 0,077028493 por ação, a ser imputado aos dividendos obrigatórios.

- b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:**

Os juros sobre capital próprio anteriormente declarados serão pagos conforme Tabela constante do item 2 supra.

- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não há.

- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não há

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não houve



**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não houve

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2013	2014	2015
<b>Lucro líquido no exercício</b>	7.678	7.677	7.076

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Não houve distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio nos exercícios de 2013 e 2014, em razão da destinação do Lucro Líquido para amortização da conta de Prejuízos Acumulados. No exercício de 2015 houve os seguintes pagamentos:

Lucro líquido	Classe e espécie	Dividendo	Juros sobre Capital Próprio (bruto)	Total Bruto por Ação	Total
<b>7.075.956,70</b>	ON	0,01863799	0,051939143	0,070577133	1.905.582,68
	PN	0,01863799	0,051939143	0,070577133	1.905.582,68

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

A Administração destinará o valor de R\$ 62.269,74 (Sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos) para a reserva legal, nos termos do artigo 193 da LSA, valor este que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício social findo.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Lucro Líquido R\$ 1.245.394,87 x 5% = R\$ 62.269,74

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos Acionistas está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, conforme o artigo 202 incisos I e II da Lei 6.404/76.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

O dividendo está sendo pago integralmente, conforme demonstrado abaixo:

Lucro Líquido do Exercício 2015	R\$ 1.245.392,87
Constituição da Reserva Legal	(R\$ 62.269,74)
Realização de Reserva de Reavaliação	R\$ 2.312.260,00
<b>Lucro Líquido Ajustado (a)</b>	<b>R\$ 3.495.383,13</b>

<b>Dividendo mínimo obrigatório, Conforme previsão estatutária (25%)</b>	<b>R\$ 873.845,78</b>
--	-----------------------

Remuneração aos acionistas:	
Juros sobre Capital Próprios declarados a serem imputados aos Dividendos Obrigatórios	R\$ 2.079.769,32

IRRF	R\$ 311.940,12
<b>Remuneração Líquida de Imposto de Renda (b)</b>	<b>R\$ 1.767.829,20</b>
Valor excedente ao Dividendo Mínimo Obrigatório	R\$ 893.983,42
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b:a)	50,58%

**Observação: de acordo com a proposta da Administração, os Juros Sobre Capital Próprio serão imputados ao Dividendo Obrigatório**

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não houve

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável



- b. Explicar a natureza da destinação**  
Não aplicável

## **ANEXO III**

### **ITEM 12 DO FORMULÁRIO DE REFERENCIA (IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009)**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**12.5.** Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1. Nome: **RICARDO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES**

Data Nascimento: 06.06.1958

Profissão: Engenheiro Agrônomo

CPF: 850.528.508-59

Cargo eletivo ocupado: Presidente do Conselho de Administração

Data de eleição: 30.04.2014

Data da posse: 30.04.2014

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor Financeiro; Diretor Presidente

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

2. Nome: **RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES**

Data Nascimento: 16.06.1959

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 051.020.938-60

Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data de eleição: 30.04.2014

Data da posse: 30.04.2014

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor Executivo; Diretor Presidente

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

3. Nome: **ALBANO JORGE MENDES**

Data Nascimento: 22.02.1956

Profissão: Engenheiro Civil

CPF sob nº 964.206.428-68

Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data de eleição: 30.04.2014

Data da posse: 30.04.2014

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Engenheiro Residente, Chefe de compras, Gerente de Suprimentos

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

4. Nome: **GUARACY SILVÉRIO DESANT'ANA**

Profissão: Engenheiro Mecânico

CPF sob nº 081.389.908-72

Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data de eleição: 30.04.2014

Data da posse: 30.04.2014

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor Executivo e de Relações com Investidores de 02/1996 a 03/1998

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

**Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e membros do Comitê de Auditoria Estatutário fornecer:**

a) Currículo:

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1. **RICARDO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES**

a) Currículo

- Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Turma de 1980)
- Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – CEAG (Turma de 1985)
- Especialização pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. (turma de 1981)
- Ex-Diretor Presidente da Azevedo & Travassos S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A.
- Sócio cotista da BPM – Agropecuária Ltda.
- Diretor Executivo da Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal**

Não aplicável

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**

Não Aplicável

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável

## **2. RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES**

### **A) Currículo**

- Engenheiro Civil pela Faculdade de Engenharia Fundação Armando Álvares Penteado (Turma 1981)
- Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas-SP (1983/1985)
- Membro do Conselho Consultivo da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (1985/1987)
- Diretor de Operações da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (1987/1998)
- Membro do Conselho de Administração da ATP Petróleo S.A. (1998/2000)
- Diretor Superintendente e Responsável Técnico da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.
- Diretor Presidente da Azevedo & Travassos S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal**

Não aplicável

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**

Não Aplicável

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável



### **3. ALBANO JORGE MENDES**

#### **A) Currículo**

- Engenheiro Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP (Turma 1981)
- Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie - SP (1983/1985)
- Engenheiro de Obra da Azevedo & Travassos S/A (1981 a 1984)
- Gerente de Suprimentos da Azevedo & Travassos Engenharia desde 1985.
- Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A.
- Diretor Técnico da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal**

Não aplicável

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**

Não Aplicável

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável

### **4. GUARACY SILVÉRIO DE SANT'ANA**

#### **A) Currículo**

- Engenheiro Mecânico pela FEI- PUC/SP (Turma 1966)
- MBA em Finanças pela PUC/RJ (1968/1969)
- Pós Graduação pela Universidade de Londres (1979/1980)
- Sócio da Disway Serviços Cooperativos, Responsável pela implantação dos Cartões AMEX como produto do financeiro do Banco American Express, (2002/2006), Diretor Executivo e de Relação com Investidores da Azevedo & Travassos S.A. (1996/1998), Diretor Estatutário do Banco Exprinter Losan (Exprinter Internacional Bank) e de outras 06 Companhias do Grupo Exprinter (1993/1995), Diretor Estatutário do Banco NorChem (atual JP Morgan) (1989/1993), Diretor de Controladoria do Citibank NA (1985/1989), Diretor Estatutário Argos Companhia de Seguros (Atual Chubb Cia de Seguros)(1981/1984), responsável pela liberação dos recursos para o Programa de Operações de Repasse para Instituições Financeiras (POC) do BNDES (1974/1974) , Assistente de Diretor Grupo Halles (1973/1974), Controller da Sul América Companhia de Seguros (1972), Assistente de Diretor ), Assistente de Controller da Companhia Paulista de Seguros (1969/1971)

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal**

Não aplicável

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**

Não Aplicável

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

<b>RICARDO DE ALEMEIDA PIMENTEL MENDES</b>	<b>100%</b>
<b>RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES</b>	<b>100%</b>
<b>ALBANO JORGE MENDES</b>	<b>100%</b>
<b>GUARACY SILVÉRIO DE SANT'ANA</b>	<b>100%</b>

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

A companhia não possui comitês estatutários e não estatutários

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

A companhia não possui comitês estatutários e não estatutários

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor

Renato de Almeida Pimentel Mendes – Diretor Presidente da Companhia e Membro do Conselho de Administração e Ricardo de Almeida Pimentel Mendes- Presidente do Conselho de Administração – são irmãos

**b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes- Presidente do Conselho de Administração e Renato de Almeida Pimentel Mendes – Diretor Superintendente de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, empresa controlada, são irmãos

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes- Presidente do Conselho de Administração e Ivan de Carvalho Junior – Diretor Técnico de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada, são cunhados.

Renato de Almeida Pimentel Mendes - Presidente da Companhia e Ivan de Carvalho Junior – Diretor Técnico de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada, são cunhados.

**c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Renato de Almeida Pimentel Mendes – Diretor Presidente da Companhia e Membro do Conselho de Administração e Ricardo de Almeida Pimentel Mendes- Presidente do Conselho de Administração, tem parentesco de até o segundo grau com acionistas da Helber S.A. Participações e Administração, controladora da Companhia

Ivan de Carvalho Junior, Diretor Técnico da controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. tem parentesco por afinidade até o segundo grau com acionistas da Helber S.A. Participações e Administração, controladora da Companhia

**d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Idem c

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

- Renato de Almeida Pimentel Mendes – Presidente da Companhia e Membro do Conselho de Administração é Diretor Superintendente de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada;

- Albano Jorge Mendes – Membro do Conselho de Administração é Diretor Técnico da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada.

- Aluizio Guimarães Cupertino – Diretor Vice-Presidente da Companhia é Diretor Executivo de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada;

- Abelardo Gomes Parente Junior – Diretor Executivo e de Relação com Investidores da Companhia é Diretor Executivo de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada;

- Renato de Almeida Pimentel Mendes – Presidente da Companhia e Membro do Conselho de Administração é Diretor Superintendente de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda. e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda. e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., empresas controladas;

- Aluizio Guimarães Cupertino – Diretor Vice-Presidente da Companhia é Diretor Executivo Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda. e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda. e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., empresas controladas;

- Abelardo Gomes Parente Junior – Diretor Executivo e de Relação com Investidores da Companhia é Diretor Executivo de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda. e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda. e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. empresas controladas;

**b. controlador direto ou indireto do emissor**

Renato de Almeida Pimentel Mendes é acionista de Helber S.A. Participações e Administração, controladora da Companhia

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes é administrador e acionista de Helber S.A. Participações e Administração, controladora da Companhia

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável

**ANEXO III**  
**ITEM 12 DO FORMULÁRIO DE REFERENCIA**  
**(IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009)**

**CONSELHO FISCAL**

**12.5.** Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

**CONSELHO FISCAL - MEMBROS EFETIVOS**

1. Nome: **WALTER RAMOS FILHO**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 937.758.148-68
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 30.04.2015
- e. Data da posse: 30.04.2015
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

2. Nome: **GENIVAL FRANCISCO DA SILVA**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 003.736.268-27
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 30.04.2015
- e. Data da posse: 30.04.2015
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

3. Nome: **LUCIANO NEVES PENTEADO MORAIS**

- a. Profissão: Advogado
- b. CPF: sob nº 076.179.188-44
- c. Cargo eletivo ocupado:
- d. Data de eleição: 30.04.2015
- i. Data da posse: 30.04.2015
- e. Prazo do Mandato: 1 ano
- f. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- g. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

## **CONSELHO FISCAL – SUPLENTE:**

### **1. Nome: MARCOS LUIZ VIRGINIO DA CRUZ**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 671.354.988-87,
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 30.04.2015
- e. Data da posse: 30.04.2015
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

### **2. Nome: LAERCIO GIGLIOLI**

- a. Profissão: Contador/Advogado
- b. CPF: sob nº 754.758.208-72
- i. Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- j. Data de eleição: 30.04.2015
- k. Data da posse: 30.04.2015
- c. Prazo do Mandato: 1 ano
- d. Outros cargos ou funções exercidas no emissor:
- e. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

### **3. Nome: JOÃO SERVERINO DA SILVA**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 151.293.638-33
- j. Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- c. Data de eleição: 30.04.2015
- d. Data da posse: 30.04.2015
- e. Prazo do Mandato: 1 ano
- f. Outros cargos ou funções exercidas no emissor:
- g. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

**Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e membros do Comitê de Auditoria Estatutário fornecer:**

## **CONSELHO FISCAL**

### **1. Nome: Walter Ramos Filho**

#### **A) Currículo**

- Técnico em Contabilidade pela Escola do Comércio Álvares Penteado (Turma de 1976)
- Bacharel em Ciências Contábeis pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (Turma de 1981)
- Sócio da Organização Contábil Ramos, desde 1978
- Membro do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A, desde 2003.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal**  
Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**  
Não Aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável

### **2. Nome: GENIVAL FRANCISCO DA SILVA**

#### **A) Currículo**

- Formado em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais pela PUC SP ( 1988)
- Pós graduado em Estudos Estratégicos pela USP ( 1998)
- MBA em Gerência Avançada pela Universidade de Harvard Business School (2001)
- Auditor Junior chegando a Diretor da Ernst & Young (1982 a 1992) - Diretor Adjunto do Banco ABC Roma S.A ( ago 1992 a mai 1994) - Diretor Executivo do Banco Fisca S.A ( mai 1994 a nov 2007) - Diretor Executivo do Banco Indusval S.a ( jan 2008 a fev 2009) - Vice-Presidente do WEB Traffic Inteligência ( desde mar 2009) - Suplente do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A a partir de maio de 2013

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal**  
Não aplicável

ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**  
Não Aplicável

iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável

3. Nome: **LUCIANO NEVES PENTEADO MORAES**

A) Currículo

- Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie (1983);
- Bacharel em Administração pela Universidade Mackenzie (1986)
- Advogado inscrito na OAB/SP sob nº 76.828, atuou e como gestor jurídico e de negócios em empresas de capital fechado como BANCO ITAÚ S.A., DURATEX FLORESTAL S.A., CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE, LOGOS ENGENHARIA S.A., LOGOS INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. ARCADIS LOGOS ENERGIA S.A., TRADENER LTDA e J MALUCELLI SEGURADORA S.A., muitas vezes responsável pela avaliação, viabilização, negociação, implantação e gestão de negócios e empreendimentos em geral, bem como de seus produtos derivados. Atualmente, como consultor, presta os mesmos serviços em análises, assessorias e consultorias jurídicas, financeiras, estratégicas e de negócios, com enfoque à área de gestão de riscos na implantação de projetos de infraestrutura ou de grande porte, para diversas empresas do setor produtivo nacional.

b) **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

i. **qualquer condenação criminal**  
Não aplicável

ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**  
Não Aplicável

iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:



<b>WALTER RAMOS FILHO</b>	<b>100%</b>
<b>GENIVAL FRANCISCO DA SILVA</b>	<b>100%</b>
<b>LUCIANO NEVES PENTEADO MORAES</b>	<b>100%</b>
<b>MARCOS LUIZ VIRGINIO DA CRUZ</b>	<b>0%</b>
<b>LAERCIO GIGLIOLI</b>	<b>0%</b>
<b>JOÃO SEVERINO DA SILVA</b>	<b>0%</b>

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

A companhia não possui comitês estatutários e não estatutários

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

A companhia não possui comitês estatutários e não estatutários

Os Candidatos indicados para o Conselho Fiscal não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau que se enquadrem nos requisitos listados no item 10.9 do formulário de referência.

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou de controle entre os Candidatos indicados para o Conselho Fiscal e (1) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, (ii) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; ou (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor relevante da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

## **ANEXO IV**

### **ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERENCIA**

(IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009)

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração**

O objetivo da política de remuneração para o conselho de administração, diretoria e conselho fiscal é manter seus profissionais, para que possam contribuir para o desenvolvimento do negócio e pela busca de melhorias constantes.

**b. Composição da remuneração indicando:**

**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais, seguindo o padrão de mercado. Os membros do Conselho de Administração que exercem outra função na Companhia, não recebem remuneração pelo exercício do cargo de Conselheiro.

DIRETORIA – Os membros da diretoria recebem salários fixos mensais, seguindo o padrão de mercado. Os salários são diferenciados.

CONSELHO FISCAL - Os membros do Conselho Fiscal são remunerados pelo valor mínimo legal, correspondendo a 10 % (dez por cento) da média da remuneração dos administradores, não computados benefícios ou gratificações.

ii. **Com relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A remuneração é fixa na sua integralidade

iii. **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores de reajuste da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária e costumeiramente seguem a variação anual concedida pelo Dissídio/Convenção Coletiva da Categoria preponderante na Companhia.

iv. **razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração composta somente de parcela fixa é justificada pela situação de mercado e capacidade de pagamento da companhia.

**iv. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.**

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria que exercem outras funções em sua Controlada, Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., têm sua remuneração suportada integralmente ou parte por essa, objetivando a contenção de despesas.

c. **principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não aplicável

d. **como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não aplicável

e. **como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A política de remuneração busca a manutenção dos profissionais na companhia, totalmente inteirados com seu tipo de negócio.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Um Diretor tem parte de sua remuneração suportada por controlada e um Conselheiro tem sua remuneração suportada pela Controlada.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

(continua nas fls. abaixo)

Exercício 2013	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	5	14
Número de Membros Remunerados	4	3	5	12
Remuneração Fixa Anual	324.800,00	1.269.854,80	218.100,00	1.812.754,80
*Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros	324.800,00 - - -	1.269.854,80 - - -	218.100,00 - - -	1.812.754,80 - - -
Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em *reuniões *comissões *outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações, incluindo opções	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>324.800,00</b>	<b>1.269.854,80</b>	<b>218.100,00</b>	<b>1.812.754,80</b>

Exercício 2014	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	5	14
Número de Membros Remunerados	4	3	5	12
Remuneração Fixa Anual	356.160,00	1.363.739,60	239.136,00	1.959.035,60
*Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros	356.160,00 - - -	1.363.739,60 - - -	239.136,00 - - -	1.959.035,60 - - -
Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em *reuniões *comissões *outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>356.160,00</b>	<b>1.363.739,60</b>	<b>239.136,00</b>	<b>1.959.035,60</b>

Exercício 2015	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	5	14
Número de Membros Remunerados	4	3	5	12
Remuneração Fixa Anual	387.008,04	1.437.780,87	259.848,05	2.084.636,96
*Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros	387.008,04	1.437.780,87	259.848,05	2.084.636,96
Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em *reuniões *comissões *outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>387.008,04</b>	<b>1.437.780,87</b>	<b>259.848,05</b>	<b>2.084.636,96</b>

Exercício 2016 (estimativa)	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	5	14
Número de Membros Remunerados	4	3	5	12
Remuneração Fixa Anual	425.708,84	1.581.559,00	285.832,85	2.293.100,00
*Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros	425.708,84	1.581.559,00	285.832,85	2.293.100,00
Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em *reuniões *comissões *outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>425.708,84</b>	<b>1.581.559,00</b>	<b>285.832,85</b>	<b>2.293.100,00</b>

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A Companhia não tem plano de remuneração variável

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

**13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações

**13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

**13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não Aplicável

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:**

Não aplicável

**13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

Órgão	Características dos Títulos	Quantidade de Ações	Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	ORDINÁRIAS	266.000	2,95	0,98
	PREFERENCIAIS	429.400	2,39	1,59
Diretoria	ORDINÁRIAS	1.000	0,011	0,004
	PREFERENCIAIS	0,00	0,00	0,00
Conselho Fiscal	ORDINÁRIAS	0	0	0
	PREFERENCIAIS	0	0	0



**13.10** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia não fornece planos de previdência.

**13.11.** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

<b>Exercício 2013</b>	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Número de membros</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
<b>Número de membros remunerados</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
<b>Valor da maior remuneração individual</b>	<b>81.200,00</b>	<b>519.268,88</b>	<b>43.620,00</b>
<b>Valor da menor remuneração individual</b>	<b>0</b>	<b>231.317,04</b>	<b>43.620,00</b>
<b>Valor médio da remuneração individual</b>	<b>54.133,33</b>	<b>423.284,93</b>	<b>43.620,00</b>

<b>Exercício 2014</b>	<b>Conselho Administ ração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	6	3	5
Número de membros remunerados	4	3	5
Valor da maior remuneração individual	89.040,00	557.445,48	47.827,20
Valor da menor remuneração individual	0	248.848,64	47.827,20
Valor médio da remuneração individual	59.360,00	454.579,87	47.827,20

<b>Exercício 2015</b>	<b>Conselho Administra ção</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	6	3	5
Número de membros remunerados	4	3	5
Valor da maior remuneração individual	96.752,01	587.712,02	51.969,61
Valor da menor remuneração individual	0	256.356,83	51.969,61
Valor médio da remuneração individual	96.752,01	479.260,29	51.969,61

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não Aplicável

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Conselho de Administração: 25 %

Diretoria: 34,6%

Conselho Fiscal: 0%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não aplicável

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tal valores foram atribuídos a tais indivíduos**

A remuneração de um dos Diretores da Companhia é suportada, na seguinte proporção: 50% pela controladora (emissora) e 50% pela controlada, Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. A remuneração de um dos Conselheiros é suportada integralmente pela Controlada

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante**

Não identificamos outras informações relevantes além das já disponibilizadas.